

**ATA DA 06ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DO CONSELHO DELIBERATIVO  
MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DO  
MUNICÍPIO DE JI-PARANÁ/RO EM  
JUNHO DE 2026.**

Às nove horas e doze minutos do dia vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e seis, na sala de reuniões do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE JI-PARANÁ - IPREJI, na Rua Aluizio Ferreira, nº 119, Bairro Centro, nesta cidade de Ji-Paraná/RO, o Presidente do IPREJI procedeu à abertura da 06ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência – CDMP do IPREJI, estando presentes os Senhores Conselheiros: Edísio Gomes Barroso (Conselheiro Presidente), Lilian Pereira da Silva Almeida (Conselheira), Francilane Magalhães Santos (Conselheira), Noemi Brisola Ocampos (Conselheira), Sidnei Silva dos Anjos (Conselheiro), Humberto Jackson de Souza (Conselheiro), Lânea de França Cirqueira Lins (Diretora Previdenciária), além de Kaylaine de Oliveira Tonette (Secretária do IPREJI e do CDMP). Declarada aberta a sessão, passou-se à apreciação da pauta. Inicialmente, foi apresentado o Relatório Analítico de Investimentos referente ao mês de maio de 2026, sendo informado que o Instituto possui patrimônio líquido no montante de R\$ 435.473.759,64 (quatrocentos e trinta e cinco milhões, quatrocentos e setenta e três mil, setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e quatro centavos). Destacou-se que, no mês de maio, a carteira apresentou retorno financeiro de R\$ 3.599.324,78 (três milhões, quinhentos e noventa e nove mil, trezentos e vinte e quatro reais e setenta e oito centavos), acumulando no exercício o montante de R\$ 21.436.213,56 (vinte e um milhões, quatrocentos e trinta e seis mil, duzentos e treze reais e cinquenta e seis centavos) de rentabilidade. Foi informado que a meta atuarial prevista para o período correspondia a 5,56%, tendo sido alcançado o percentual de 5,24%, resultado considerado satisfatório diante das condições econômicas atuais, embora inferior à meta estabelecida. Esclareceu-se que o desempenho da carteira foi impactado pelas sucessivas reduções da taxa Selic, atualmente fixada em 14,25%, fator que reduz a rentabilidade das novas aplicações realizadas pelo Instituto, especialmente aquelas vinculadas aos títulos públicos e demais ativos de renda fixa. Na oportunidade, foram apresentadas informações acerca das Assembleias de Cotistas dos Fundos Áquilla e Monte Carlo, sendo informado que os demonstrativos apresentados pelos administradores dos fundos foram rejeitados pelos cotistas em razão da insuficiência de informações prestadas e da ausência de transparência considerada necessária para aprovação das demonstrações financeiras. Também foi comunicado que ambos os fundos apresentaram desempenho negativo no período, sendo registrado retorno negativo de 28,88% no Fundo Monte Carlo e 2,56% no Fundo Áquilla, circunstância que reforça a preocupação dos órgãos de governança e dos investidores quanto à situação patrimonial dos referidos ativos. Durante os debates, os Conselheiros manifestaram preocupação quanto à situação dos investimentos e à possibilidade de recuperação dos recursos aplicados. Foi ressaltado que os procedimentos administrativos e judiciais relacionados aos fundos vêm sendo acompanhados pelos órgãos reguladores, especialmente pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Conselheira Noemi Brisola Ocampos manifestou entendimento de que o Instituto possui legitimidade para buscar maiores informações sobre os procedimentos judiciais relacionados aos fundos. O Presidente informou que providenciará contato com a Procuradoria Jurídica para análise da viabilidade da medida, ressaltando a importância de acompanhar diretamente o andamento dos processos e evitar eventual omissão do Instituto na defesa dos recursos pertencentes aos segurados. Em seguida, foram prestadas informações sobre a carteira de



investimentos do Instituto, informando que foi solicitado à Consultoria Crédito & Mercado estudo detalhado acerca dos ativos que vêm apresentando desempenho abaixo do esperado, visando subsidiar eventual realocação de recursos. Destacou-se que quaisquer alterações serão realizadas de forma cautelosa, observando os limites legais, as diretrizes da Política de Investimentos e a segurança dos recursos previdenciários. Na sequência, abordou-se a situação da conta custódia destinada à aquisição direta de títulos públicos federais. Foi informado que o processo se encontra em tramitação há aproximadamente seis meses e sofreu atrasos decorrentes dos trâmites administrativos necessários à sua aprovação. O Presidente manifestou preocupação com a demora na conclusão do procedimento, ressaltando que, quando a proposta foi inicialmente apresentada, os títulos públicos ofereciam rentabilidade próxima de IPCA mais 7,8%, cenário que se tornou menos favorável em razão das recentes alterações do mercado financeiro. Informou ainda que será solicitada nova análise técnica à Consultoria Crédito & Mercado para avaliar a viabilidade econômica da operação diante das atuais condições de mercado. Foi esclarecido que a legislação previdenciária vigente estabelece critérios mais restritivos para os regimes próprios que ainda não possuem certificação Pró-Gestão, exigindo maior concentração dos recursos em aplicações de renda fixa e títulos públicos. Em razão disso, ressaltou-se a necessidade de observância rigorosa das normas aplicáveis à gestão dos investimentos do Instituto. Passando ao tema da certificação institucional, foram apresentadas informações acerca do Programa Pró-Gestão RPPS. Informou-se que o Instituto vem implementando diversas medidas destinadas ao cumprimento dos requisitos exigidos para obtenção e manutenção da certificação, incluindo capacitação de servidores, elaboração de fluxogramas e organogramas, aprimoramento dos controles internos e fortalecimento dos mecanismos de governança. Destacou-se que uma das principais exigências atualmente em andamento refere-se ao cadastramento e à prova de vida dos segurados. Relatou-se que foi necessária a realização de nova mobilização dos aposentados e pensionistas, inclusive mediante bloqueio temporário de pagamentos em determinadas situações, para garantir a apresentação integral da documentação exigida pelos órgãos fiscalizadores. Foi esclarecido que foram identificadas falhas relevantes nos procedimentos anteriormente adotados, consistentes no recebimento incompleto de documentos e ausência de digitalização adequada dos processos administrativos, circunstâncias que resultaram na necessidade de revisão de diversos processos. Informou-se que aproximadamente oitenta processos apresentavam inconsistências documentais, exigindo retrabalho da equipe técnica. Destacou-se que a regularização dessa situação vem sendo conduzida por equipe específica designada para a tarefa, a qual está realizando busca ativa dos segurados pendentes e promovendo a atualização das bases cadastrais do Instituto, muitas delas desatualizadas, especialmente em relação aos aposentados e pensionistas. Em continuidade, foi informado aos Conselheiros que no mês de julho ocorrerá fiscalização relacionada ao Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, ressaltando-se a necessidade de que todos os procedimentos exigidos estejam devidamente implementados e em funcionamento, especialmente aqueles relacionados ao Pró-Gestão, previdência complementar, certificações e governança institucional, ressaltando que eventual inconsistência poderá comprometer a renovação do certificado, cuja vigência se encerra em agosto do corrente exercício. Na oportunidade, o Presidente informou que a carteira de investimentos do Instituto poderá ultrapassar o montante de R\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) até o final do exercício de 2026, circunstância que alterará a classificação do RPPS perante os órgãos reguladores, passando para a categoria de investidor profissional. Em razão disso, destacou-se a necessidade de



adequação das certificações exigidas dos membros do Comitê de Investimentos e demais responsáveis pela gestão dos recursos previdenciários. Ademais, foi informado que entre os dias 13 e 17 de julho será realizada capacitação específica voltada aos Conselheiros e membros da equipe técnica, oportunidade em que serão abordados temas relacionados à certificação profissional, investimentos e governança previdenciária. O Presidente enfatizou a importância da participação dos Conselheiros, destacando que o instrutor disponibilizará material de apoio, plataforma de estudos e conteúdo preparatório para as certificações exigidas pela legislação. Na sequência, foram apresentadas informações acerca da Conferência Previdenciária Municipal, programada para ocorrer no dia 15 de julho de 2026. Informou-se que o evento contará com palestras técnicas ministradas por especialistas da área previdenciária, econômica e de saúde ocupacional, dentre eles representantes do IPERON, consultores de investimentos, economistas e profissionais da área médica. Destacou-se que a conferência terá como foco a educação previdenciária, educação financeira, saúde mental, saúde ocupacional e qualidade de vida dos servidores públicos. Foi informado ainda que a conferência será realizada nas dependências da AFYA Centro Universitário de Ji-Paraná, instituição que disponibilizou apoio estrutural para realização do evento. Na oportunidade, o Presidente comunicou aos Conselheiros que está sendo estruturado acordo de cooperação técnica entre o Instituto e a instituição de ensino, visando o desenvolvimento de ações permanentes voltadas à promoção da saúde e qualidade de vida dos servidores municipais. Relatou que estudantes e profissionais das áreas de enfermagem, biomedicina, educação física e demais cursos da área da saúde poderão participar das atividades, auxiliando na implementação de programas preventivos e ações voltadas ao bem-estar dos segurados. Informou-se ainda que já vêm sendo realizadas atividades de ginástica laboral semanalmente nas dependências do Instituto, em parceria com a instituição de ensino. Passando ao tema dos benefícios previdenciários, o Presidente informou que os processos de aposentadoria e pensão vêm sendo analisados com maior celeridade, registrando significativa redução no tempo de tramitação. Registrou-se que foram concedidos 09 (nove) benefícios de aposentadoria e 02 (dois) benefícios de pensão por morte. Em seguida, o Presidente apresentou informações sobre estudo de impacto atuarial relacionado à possibilidade de ampliação da faixa de isenção da contribuição previdenciária incidente sobre aposentadorias e pensões. Informou que o estudo anteriormente contratado não atendeu às necessidades do Instituto e que estão sendo adotadas providências para sua anulação, sem que tenha havido desembolso financeiro por parte da Autarquia. Relatou ainda que participou de reunião com o Secretário Municipal de Fazenda para apresentação de propostas destinadas à redução do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social. Dentre as alternativas apresentadas, destacou-se a possibilidade de transferência do impacto financeiro decorrente da ampliação da faixa de isenção dos aposentados e pensionistas para a contribuição patronal do ente municipal, preservando a arrecadação previdenciária sem onerar diretamente os beneficiários. Também foi debatida a possibilidade de vinculação das receitas oriundas do Imposto de Renda ao Regime Próprio de Previdência Social. Foram apresentados cenários técnicos contemplando inicialmente a vinculação dos valores arrecadados dos aposentados e pensionistas e, posteriormente, a ampliação da medida para os servidores ativos. Foi esclarecido que a proposta poderá contribuir significativamente para redução do déficit atuarial e para diminuição gradual da necessidade de aportes financeiros futuros por parte do Município. Ainda no contexto das medidas destinadas ao equilíbrio atuarial, foi discutida a possibilidade de utilização de recursos do FUNDEB para custeio da ampliação da contribuição patronal incidente sobre



os profissionais da educação, especialmente em razão dos impactos decorrentes da concessão de paridade e integralidade aos servidores que ingressaram no serviço público antes do ano de 2003. Os Conselheiros debateram os aspectos financeiros, orçamentários e legais das propostas apresentadas, destacando a necessidade de realização de estudos específicos acerca dos reflexos das medidas nos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Também foi discutida a conveniência de regulamentação administrativa da matéria, visando conferir maior segurança jurídica aos processos de concessão de benefícios. Durante os debates, os participantes manifestaram entendimento de que eventual regulamentação da paridade e integralidade poderá reduzir significativamente a judicialização da matéria, proporcionando tratamento uniforme aos segurados e evitando divergências interpretativas entre diferentes decisões judiciais. Foi informado ainda que está em análise a contratação de novo estudo de impacto atuarial especializado, elaborado por empresa com experiência comprovada em regimes próprios de previdência. Explicou-se que a contratação poderá ocorrer mediante inexigibilidade ou dispensa de licitação, considerando a natureza técnica e especializada dos serviços. Na oportunidade, também foram discutidas as dificuldades enfrentadas pelo Instituto na tramitação de processos administrativos junto aos setores da Administração Municipal, especialmente em relação à contratação de estudos técnicos especializados e à abertura da conta custódia para aquisição de títulos públicos. Os Conselheiros manifestaram preocupação com a excessiva morosidade dos procedimentos e seus reflexos sobre a gestão previdenciária. Na sequência, foi informado o recebimento de notificação oriunda do Ministério Público de Contas relacionada à estrutura administrativa, cargos e atribuições existentes no Instituto. Segundo relatado, foram identificadas inconsistências na descrição de determinados cargos, especialmente quanto ao exercício de funções de chefia, direção e assessoramento. Diante da notificação recebida, foi constituída comissão interna destinada à elaboração de proposta de reforma administrativa da Autarquia, iniciativa que busca adequar a estrutura organizacional às exigências dos órgãos de controle, bem como atender ao crescimento institucional experimentado pelo Instituto nos últimos anos. Foi ressaltado que o patrimônio administrado pelo IPREJI praticamente dobrou nos últimos anos, sem que houvesse correspondente ampliação do quadro funcional. Os Conselheiros destacaram que a estrutura atualmente existente não atende mais às necessidades operacionais do Instituto, exigindo reorganização administrativa compatível com sua realidade atual. Durante os debates, foi defendida a criação de cargos efetivos especializados na área previdenciária, dentre eles Analista Previdenciário, Técnico Previdenciário e profissionais voltados especificamente à gestão de investimentos. Também foi ressaltada a necessidade de realização de concurso público para composição de quadro permanente de servidores especializados. Os participantes destacaram que a dependência excessiva de cargos comissionados fragiliza a continuidade das atividades técnicas e contraria recomendações reiteradamente formuladas pelos órgãos de controle externo. Foi ressaltado que a profissionalização da gestão constitui requisito fundamental para fortalecimento institucional do regime próprio. Ainda nesse contexto, voltou a ser debatida a criação da Controladoria Interna do Instituto, medida já apontada em fiscalizações anteriores do Tribunal de Contas e exigida pelos programas de governança e certificação institucional. O Presidente informou que a proposta integrará a futura reforma administrativa. Prosseguindo, passou-se à apreciação da terceira versão da Política de Investimentos para o exercício de 2026. Foi esclarecido que a Consultoria Crédito & Mercado promoveu ajustes técnicos relacionados à estratégia de alocação de recursos e ao gerenciamento de riscos para os próximos exercícios, em especial após a conclusão do



estudo ALM. Também foi apresentado o estudo ALM elaborado para subsidiar a estratégia de investimentos de longo prazo do Instituto. Foram prestados esclarecimentos acerca dos riscos atuariais, financeiros, legais e operacionais considerados no documento, bem como sobre as premissas utilizadas para projeção das necessidades futuras do regime previdenciário. Após esclarecimentos prestados pela equipe técnica, a nova versão da Política de Investimentos foi submetida à apreciação dos Conselheiros, sendo aprovada pelos membros presentes. Na sequência, foram apreciados os pareceres referentes à Carteira de Investimentos dos meses de março, abril e maio de 2026, bem como a prestação de contas correspondente ao mês de maio. Durante a análise dos documentos, a Conselheira Lilian Pereira da Silva Almeida solicitou que os relatórios técnicos passem a apresentar linguagem mais acessível e explicações complementares, especialmente quanto aos registros de desenquadramento passivo da carteira de investimentos. A equipe técnica esclareceu que tais desenquadramentos decorrem de alterações normativas promovidas pelos órgãos reguladores e não de decisões de investimento tomadas pelo Instituto. Foi informado que, em determinadas situações, a legislação altera os limites de enquadramento dos ativos já existentes na carteira, gerando desenquadramentos automáticos que não exigem movimentação imediata dos recursos. A Conselheira sugeriu que futuras versões dos pareceres apresentem explicações resumidas sobre essas ocorrências, de modo a facilitar a compreensão pelos membros dos Conselhos, segurados e órgãos fiscalizadores. Quanto às obrigações fiscais e acessórias, foi informado o envio tempestivo das declarações obrigatórias, incluindo E-Social, EFD-REINF e DCTFWeb, todas relativas à competência de maio de 2026, em conformidade com as exigências legais. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do IPREJI deu por encerrada a 06ª Reunião Ordinária do CDMP às dez horas e vinte e oito minutos. Eu, Kaylaine de Oliveira Tonette, Secretária do IPREJI e do CDMP, lavrei a presente ATA, que após lida e aprovada, foi assinada pelos membros presentes. Ji-Paraná, vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e seis.

Edísio Barroso  
Conselheiro Presidente

Lânea de França Cirqueira Lins  
Diretora Previdenciária

Lilian Pereira da Silva Almeida  
Conselheira

Noemi Brisola Ocampos  
Conselheira

Francilane Magalhães Santos  
Conselheira

Sidnei Silva dos Anjos  
Conselheiro

Humberto Jackson de Souza  
Conselheiro

Kaylaine de Oliveira Tonette  
Secretária do IPREJI e do CDMP





# Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25  
Av. 2 de Abril  
www.ji-parana.ro.gov.br

## FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

Tipo do Documento	Identificação/Número	Data
<b>Ata</b>	<b>da 06ª Reunião Ordinária do Conselho</b>	<b>25/06/2026</b>

ID: <b>2799426</b>	Processo	Documento
CRC: <b>57FF352B</b>		
Processo: <b>4-508/2026</b>		
Usuário: <b>Kaylaine de Oliveira Tonette</b>		
Criação: <b>25/06/2026 13:25:03</b>	Finalização: <b>25/06/2026 13:29:29</b>	

MD5: <b>128BBACB83388B08858194494939D351</b>
SHA256: <b>E24BA2E452C8B236292D116A872B0075B3A061F7C34F3653767A8735311EA52B</b>

Súmula/Objeto:

**Ata da 06ª Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo Municipal de Previdência do Município de Ji-Paraná/RO em junho de 2026.**

### INTERESSADOS

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DE JI-PARANÁ - IPREJI	JI-PARANA	RO	25/06/2026 13:27:04
---	-----------	----	---------------------

### ASSUNTOS

ATA DE REUNIAO	25/06/2026 13:26:39
----------------	---------------------

### CIENTES

Gabriela Silveira Nogueira da Silva	26/06/2026 08:49:58
-------------------------------------	---------------------

### ASSINATURAS ELETRÔNICAS

Kaylaine de Oliveira Tonette	ASSESSOR ADMINISTRATIVO	25/06/2026 13:29:35
------------------------------	-------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

FRANCILANE MAGALHAES SANTOS	CONSELHO DELIBERATIVO	25/06/2026 13:47:20
-----------------------------	-----------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

LÂNEA DE FRANÇA CIRQUEIRA LINS	DIRETORA PREVIDENCIARIA	25/06/2026 13:51:12
--------------------------------	-------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

SIDNEI SILVA DOS ANJOS	MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO	25/06/2026 14:22:53
------------------------	---------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

EDISIO GOMES BARROSO	PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA	25/06/2026 15:00:31
----------------------	--	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

HUMBERTO JACKSON DE SOUZA	MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO	26/06/2026 08:14:02
---------------------------	---------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

NOEMI BRISOLA OCAMPOS	MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO	26/06/2026 08:28:58
-----------------------	---------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.

LILIAN PEREIRA DA SILVA ALMEIDA	MEMBRO DO CONSELHO DELIBERATIVO	26/06/2026 08:33:11
---------------------------------	---------------------------------	---------------------

Assinado na forma do Decreto Municipal nº 435/2023.



## Município de Ji-Paraná

04.092.672/0001-25  
Av. 2 de Abril  
[www.ji-parana.ro.gov.br](http://www.ji-parana.ro.gov.br)

### FICHA CADASTRAL DO DOCUMENTO ELETRÔNICO

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QRCode acima ou ainda através do site [eproc.ji-parana.ro.gov.br](http://eproc.ji-parana.ro.gov.br) informando o ID 2799426 e o CRC 57FF352B.